



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELLECTUAL DA UNICAMP

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pub/livros/2286>

DOI: 0

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2022 by UNICAMP/IFCH. All rights reserved.

DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>

DA PEDRA BRANCA A PEDRA GRANDE: A AMIZADE E A TROCA DE FAVORES ENTRE CORONÉIS DE CALDAS E CAMPESTRE, MINAS GERAIS¹

*Isaias Gabriel Franco*²

*Alysson Brenner Nogueira Pereira*³

RESUMO: Coronéis, José Antônio Franco (1852-1940) e José Custódio Dias de Araújo (1858-1943), possuíam muitas características em comum. O primeiro exercia mando na Fazenda do Engenho, Município de Caldas, e o segundo na Fazenda da Pedra, Município de Campestre. Quais as potencialidades do conceito de coronelismo para a compreensão da atuação política de ambos? A partir das fontes escritas e relatos memoriais pretendemos esboçar o que foi a complexa cena social da época e tentar responder tal pergunta.

PALAVRAS-CHAVE: Coronelismo. História local. Sul de Minas.

INTRODUÇÃO

Atualmente limítrofes em sua constituição, Campestre e Caldas, são dois municípios da região sul do estado de Minas Gerais. No entanto, até 1911, ambas localidades estavam interligadas em sua organização política e administrativa, uma vez que até então, Campestre constituía-se em um distrito do município de Caldas. Contudo, como nos parece sugerir algumas fontes de memória, a emancipação política e administrativa campestrense

¹ Este trabalho foi apresentado originalmente com o título “Da Pedra Branca a Pedra Grande: coronelismos em pauta”. A mudança se deu devido a sugestões da mesa de comunicação “Visões do Brasil: séculos XIX e XX”, mediada pelo Prof.º Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha.

² Cursa Filosofia e mestrado acadêmico em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: isaiasgabrielfranco@gmail.com.

³ Graduando em História (Licenciatura e Bacharelado), com ênfase em História da Arte, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: alyssonnoqueirasbt@gmail.com.

não desligaria completamente os laços e relações constituídas pelo quadro anteriormente vivenciado. Relações de cunho intersubjetivo e de “compadrio político e familiar” continuariam assim a acontecer entre sujeitos que transitavam entre esses dois municípios exercendo lá e cá o seu poder, não só financeiro, mas político também. Uma dessas relações, foi por exemplo a mantida por duas figuras centrais do poder latifundiário local: José Antônio Franco (o Zeca-Zico) e José Dias de Araújo (o Zeca da Pedra). Preservados na memória local como coronéis, o primeiro era dono da fazenda do Engenho, no Planalto da Pedra Branca, município de Caldas, onde hoje localiza-se o distrito de São Pedro de Caldas; e o segundo era dono da Fazenda da Pedra, ainda em atividade nos dias atuais no município de Campestre. Mas o que sugere essa relação?

CORONELISMO, UM CONCEITO PLURAL

Conceito complexo e plural, o coronelismo pode ser definido de diferentes perspectivas a depender do contexto e das circunstâncias.⁴ No entanto, como não é nosso objetivo dissecar a multiplicidade de teorizações e usos do mesmo, a definição que aqui usamos para nossa abordagem, parte principalmente daquela conceituação efetuada por José Murilo de Carvalho, historiador e sociólogo mineiro. Em seu livro *Pontos e bordados: escritos de história e política* (1998) ele reúne diversos ensaios e crônicas escritos em diferentes épocas que se relacionam com as temáticas citadas acima. Um dos textos presentes na curadoria é *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*.⁵

Para José Murilo de Carvalho, o coronelismo seria um sistema político nacional, datado historicamente com início em 1889 e término simbólico em 1930 com a prisão dos grandes coronéis baianos - tendo fim

⁴ “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural” (CERTEAU, 1982: 66).

⁵ Originalmente, o ensaio foi apresentado como comunicação no simpósio *Nation-Building in Latin America: Conflict Between Local Power and National Power in the Nineteenth Century*, em homenagem a Raymond Buve, Leiden, Holanda, 20-21 de abril de 1995. Depois, em 1997, foi publicado na *Dados – Revista de Ciências Sociais*, volume 40, número 2.

mesmo em 1937, com o Estado Novo; ou seja, basicamente, percorre os anos da Primeira República, ou se o preferirmos, da chamada República Velha. Ele se caracterizaria, segundo Carvalho, pelas barganhas entre o governo e os coronéis, ao mesmo tempo que o governo permitia o poder do coronel entre dependentes e rivais, e o controle dos cargos públicos; o coronel retribuiria com os votos no governador e no seu presidente apoiado. Enquanto sistema, ele teria sido possível pela combinação de dois fatores, um político: a implementação do federalismo e do surgimento do Presidente do Estado (cargo equivalente ao Governador Estadual, atualmente); e um econômico: a decadência econômica dos fazendeiros, que demandou uma presença do Estado na economia. Isso na prática significaria uma política permeada de relações de compadrio e barganhas políticas, mais assentadas nas relações intersubjetivas e familiares, do que impessoais e objetivas de fato. Teríamos ainda nessa lógica, dois tipos de coronel:

O coronel recebe seu nome da Guarda nacional, cujo chefe, do regimento municipal, investia-se daquele posto, devendo a nomeação recair sobre pessoa socialmente qualificada, em regra detentora de riqueza, à medida que se acentua o teor de classe da sociedade. Ao lado do coronel legalmente sagrado prosperou o “coronel tradicional”, também chefe político e também senhor dos meios capazes de sustentar o estilo de vida de sua posição. [...] Ocorre que o coronel não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito (FAORO, 1997: 621-622).

Dada a definição, é importante entendermos tal regime, em dinâmica de *longa duração*,⁶ para que assim, tornem-se compreensíveis as relações de mando, poder e sociabilidade vislumbradas em nosso objeto de pesquisa.

⁶ Entendemos longa duração dentro do que foi postulado por Fernand Braudel em seu intitulada *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (1949) e nos apropriamos do conceito, estendendo-o para o nosso objeto, de modo a melhor elucidar a temática sobre a qual refletimos aqui.

UMA AMIZADE ALÉM DAS LARANJAS

Donos de duas das maiores fazendas da região, José Antônio Franco ou Zeca-Zico (1852-1940) e José Custódio Dias de Araújo ou Zeca da Pedra (1858-1943), eram figuras políticas de destaque no entorno de suas propriedades.

Zeca da Pedra, por exemplo esteve a frente do processo emancipatório que desligaria Campestre de Caldas em 1911,⁷ além de fazer frente às eleições para presidente do Estado. Nas eleições presidenciais e no pleito para a escolha dos presidentes do Estado de 1922, saíram vitoriosos, respectivamente, Arthur Bernardes e Mello Viana. Mas isso não foi refletido em Campestre, onde ambos os candidatos haviam sido combatidos pelo Coronel Zeca da Pedra, e isso incomodou os dois políticos (PLANO DE INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL, 2007: 32). Em 1925, um capitão, acompanhado de doze praças, possivelmente a mando do governo estadual, chegam à localidade “para eliminar a oposição local” (FRANCO, 2000: 14), sendo Zeca da Pedra o maior exemplo dela.

Já Zeca-Zico, Capitão da 4^o Companhia do 61^o Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Comarca de Caldas – 1890⁸ e fazendeiro abastado, ficou bastante conhecido pelas anedotas acerca de sua pessoa.⁹

⁷ “Nesta época era deputado pelo colégio eleitoral o Cel. José Custódio Dias de Araújo, que colaborou, com o seu prestígio, para a emancipação política de Campestre.” (FRANCO, 1998: 29).

⁸ Dado extraído de documento assinado pelo Vice-Presidente da República Floriano Peixoto nomeando José Antônio Franco (Zeca Zico) para o posto de Capitão da 4^o Companhia do 61^o Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Comarca de Caldas – 1890. Acervo de Moacir Franco.

⁹ Um exemplo que podemos citar é o episódio ocorrido na sede da antiga Casa Moreira Salles em Poços de Caldas, depois Unibanco, onde o fazendeiro fora depositar uma certa quantia de dinheiro que não mais estava em circulação. Ao que nos relata o depoimento, o fazendeiro, ao ser informado que o dinheiro que trouxera não mais valia, o mesmo jogou fora a quantia no lixo (enorme caso ainda valessem). (SOUZA E SILVA, 1994: 37 *apud* FRANCO, 2001: 339). A autora reporta-se nessa passagem ao depoimento de Homero Souza e Silva transcrito no livro História do Unibanco, publicado pelo instituto Moreira Salles em 1994 e de autoria de diversos colaboradores.

Foi vereador pela Câmara de Parreiras (antigo nome de Caldas), onde ocupou o cargo de vice-presidente do P.R.M (Partido Republicano Mineiro). Em Caldas, Zeca Zico ocuparia por vezes tal cargo de vereador na Câmara como nos informa a matéria de capa do impresso *Voz de Campestre* publicado na ocasião da morte do mesmo.¹⁰

Dados algumas linhas biográficas, alguns depoimentos sugerem ser ambos os “coronéis” amigos bastante íntimos, a ponto de trocarem mimos como nos relata este depoimento:

Aqui tinha o seu Zé Antônio Franco, conhecido como Zeca Zico que tinha uma amizade com um fazendeiro no município de Campestre, Zeca da Pedra. Até no tempo de colheita de laranjas, coisa que aqui não tinha, ele mandava tropeiros dele irem lá [na Fazenda da Pedra] buscarem laranjas. Um ia na casa do outro (FRANCO, 2021, grifos nossos).

Segundo o depoente, Ronaldo José Franco, quem lhe contou sobre tal amizade foram seus pais e avós. Uma troca de presentes, no nosso caso, laranjas e visitas, poderia ser simplesmente interpretada como sinal de amizade entre duas pessoas que se querem bem. Mas dado o poderio econômico de ambas as figuras, não parece-nos ser tão simples o caso. O impresso *Voz de Campestre*, em sua edição de 31 de dezembro de 1940, traz em sua manchete a notícia da morte de Zeca-Zico, e a matéria que se segue, uma apologia a figura do morto, revela em seu texto que a amizade de ambos ia muito além da troca de laranjas, inserindo-se dentro do clientelismo típico da política da velha república:

Grande amigo da nossa terra e da nossa gente, de cuja política em outros tempos sempre constituio elemento destacado, a ele, dentre outros, deve Campestre o fato singular de, graças a sua influencia e prestígio e ao tempo em que

¹⁰ Conforme o impresso: Cel. José Antônio Franco – Homenagem póstuma, traços biográficos do extinto, os funerais e os discursos. *Voz de Campestre* – Órgão Municipal de Propaganda e Difusão do Regimen de 10 de novembro, Campestre – MG, Ano II, n. 21, 31 de dezembro de 1940. p. 1.

vivíamos na dependência político administrativa da velha cidade de Caldas, ter o nosso situacionismo eleito para a presidência de sua Camara Municipal, por duas vezes consecutivas, a pessoa do Cel. José Custódio Dias de Araújo que ali sempre desempenhou com brilho o seu mandato e donde os pródromes da nossa emancipação política. (VOZ DE CAMPESTRE, 1940: 1).

A passagem transcrita nos mostra não só a influência política de um fazendeiro em prol da atuação do outro, mas parece sugerir e reforçar o sistema de relações delineado por Marcel Mauss.¹¹ Nesse sistema há uma espécie de reciprocidade para cada ato feito (*dom*), ou seja, na aparente gratuidade, haveria implícita uma obrigação de retribuição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito além de uma amizade desinteressada, a investigação acerca das relações entre dois fazendeiros da região sul mineira, mostra-nos na prática a aplicabilidade das relações clientelistas e de compadrio, típicas do primeiro período republicano do século XX. Pudemos ver que por meio da influência política de um (Zeca-Zico), a atuação do outro (Zeca da Pedra), em prol da emancipação política de Campestre, foi possível. Isso leva-nos a interpretar a relação de ambos, não só dentro do conceito de “coronelismo” como utilizado por José Murilo de Carvalho, mas também dentro do sistema de dádivas sistematizado por Marcel Mauss.

¹¹ Segundo Paulo Henrique Martins, “A teoria da dádiva foi sistematizada por Mauss num ensaio clássico intitulado Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas, publicado inicialmente no ano de 1924, e que se encontra reproduzido numa coletânea organizada por Georges Gurvitch intitulada Sociologia e antropologia” (MARTINS, 2005: 52).

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”. In: **Pontos e Bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 12. ed. v. 2. São Paulo: Globo, 1997.
- FRANCO, Eneiva Gláucia de Souza. **Histórico de Campestre**. 1ª ed. São Paulo: Edicon, 1998.
- FRANCO, Eneiva Gláucia de Souza. **Pedro José Muniz – História, genealogia e memórias**. Aparecida: O Autor, 2001.
- FRANCO, Hiansen Vieira. **A Paróquia de Nossa Senhora do Carmo de Campestre, suas origens, seus fatos, sua gente**. Aparecida, SP: H. V. Franco, 2000.
- FRANCO, Ronaldo José Franco. Entrevista concedida a Isaías Gabriel Franco em 08 de agosto de 2021.
- MARTINS, Paulo Henrique. A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 73, p. 45-66, 2005.
- PLANO DE INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL, Prefeitura Municipal de Campestre (MG), Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Campestre (MG), elaborado pelo Grupo Memória Arquitetura, 2007.
- VOZ DE CAMPESTRE – Órgão Municipal de Propaganda e Difusão do Regimen de 10 de novembro, Campestre – MG, Ano II, n. 21, 31 de dezembro de 1940.